

Rafaele Potrich¹
Denize Grzybovski²
Carlisa Smoktunowicz Toebe³

Sustentabilidade nas pequenas propriedades rurais: um estudo exploratório sobre a percepção do agricultor

Introdução

O tema sustentabilidade rural é um campo de investigação em construção e provoca inquietações entre os pesquisadores sobre como estudá-lo, tendo em vista que os modelos teóricos propõem abordagens com base em três dimensões (econômica, ambiental, social) (ELKINGTON, 2012). Porém, os estudos brasileiros em nível de teses e dissertações trabalham com maior frequência a dimensão ambiental, enquanto que os artigos possuem maior foco nas dimensões econômica e social (SERAMIM; LAGO, 2016).

O termo sustentabilidade dá espaço para diversas interpretações (CAVALCANTI, 2003; BUAINAIN; GARCIA; VIEIRA, 2016), mas trata-se da possibilidade de se obter continuamente condições iguais ou superiores de vida para as pessoas e seus sucessores. Sua origem está no relatório elaborado pelo CMMAD/ONU (1991) e tem sido discutida em diferentes campos do saber, mas é tema emergente como sustentabilidade rural (WANDERLEY, 2000).

Neste artigo, sustentabilidade rural é considerada modelo de gestão de pequenas propriedades rurais que contempla o desenvolvimento de atividades produtivas/agropecuárias com mão de obra familiar, adoção de técnicas que preservam e/ou geram o menor impacto possível nos recursos naturais e, ao mesmo tempo, produzam resultados econômico-financeiros ao proprietário da terra e à sua família, otimização da

¹ Aluna do Mestrado em Administração no Programa de Pós-Graduação em Administração na Faculdade de Ciências Econômicas, Administrativas e Contábeis na Universidade de Passo Fundo (PPGAdm/FEAC/UPF). Bolsista Prosup/Capes. E-mail: rafapotrich@yahoo.com.br.

² Professora Permanente do Programa de Pós-Graduação em Administração na Faculdade de Ciências Econômicas, Administrativas e Contábeis na Universidade de Passo Fundo (PPGAdm/FEAC/UPF). Professora Convidada no Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Regional na Universidade Regional do Noroeste do Estado do Rio Grande do Sul (PPGDR/Unijuf). E-mail: gdenize@upf.br.

³ Professora no Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Sul (IFRS - Campus Sertão/RS). E-mail: carlisa.toebe@sertao.ifrs.edu.br.

produção das culturas, satisfação das necessidades humanas de alimentos e das necessidades sociais da família rural e da comunidade local.

O objetivo do artigo é analisar a percepção dos agricultores familiares brasileiros sobre sustentabilidade em pequenas propriedades rurais com vistas ao desenvolvimento de estudos mais aprofundados, considerando um olhar a partir dos atores sociais, quais sejam, os agricultores, pois a visão descontextualizada do pesquisador pode obscurecer aspectos importantes da realidade vivida pelo agricultor.

Com esse olhar paradigmático sobre o fenômeno no contexto das pequenas propriedades rurais, é preciso reconhecer que há um limite para o uso dos recursos naturais, já amplamente descrito na literatura sobre recursos naturais não renováveis (EHLERS, 1999; SACHS, 2009; VIDAL; SANTOS, 2014). A questão central é focada em como manter pessoas no meio rural, exigir que utilizem de forma racional recursos naturais e que provoquem o menor impacto ambiental possível com suas práticas produtivas sem que as questões sobre sustentabilidade sejam discutidas.

A problemática reside na sustentabilidade das pequenas propriedades rurais, que utilizam mão de obra familiar, onde o processo produtivo, em geral, é artesanal, e a escala de produção é pequena. As grandes propriedades rurais não enfrentam as mesmas condições, pois encontram amparo nas leis do mercado para comercializar seus produtos, no uso intensivo das diferentes tecnologias, sejam elas genéticas ou de produção, e o conseqüente aumento da produtividade, bem como a disponibilidade da mão de obra assalariada.

Os resultados são apresentados a seguir em quatro partes, além desta introdução. Na segunda parte, são apresentados os conceitos centrais sobre o tema e os fundamentos teóricos que orientam a investigação empírica. Na terceira, constam os procedimentos metodológicos que orientaram a pesquisa exploratória, o tratamento e a análise dos dados. Na última parte, são apresentados e discutidos os resultados do estudo, culminando com as conclusões a que se chegou.

Referencial teórico

Pequena propriedade rural e o contexto brasileiro

Pequenas propriedades rurais são caracterizadas por pequenas extensões de terras com quatro módulos fiscais e uso de mão de obra familiar, por vezes denominada “agricultura familiar”, que pode ser confundida com a política pública brasileira. Diferencia-se da agricultura patronal, a qual é caracterizada pelas grandes propriedades de terras e pelo emprego de mão de obra assalariada ou volante (EHLERS, 1999). No Brasil, a Lei Federal nº 11.326/2006 estabelece as diretrizes para a formulação da Política Nacional da Agricultura Familiar e Empreendimentos Familiares Rurais. Nela, o agricultor familiar e o

empreendedor familiar rural são definidos como aqueles que praticam atividades no meio rural, não detêm, a qualquer título, área maior do que quatro módulos fiscais; utilizam predominantemente mão de obra da própria família nas atividades econômicas; têm renda familiar predominantemente originada de atividades econômicas vinculadas ao próprio estabelecimento ou empreendimento.

Regulamentada por essa legislação, as pequenas propriedades rurais são protagonistas das mudanças no espaço geográfico, territorial e social ocorridas nos últimos 40 anos (LINDNER; MIORIN, 2008). Trata-se da “revolução da agricultura”, que provocou a saída do meio rural dos agricultores camponeses, pois as propriedades não eram mais viáveis economicamente, vindo aglomerar-se nos centros urbanos, provocando o fenômeno êxodo rural (WANDERLEY, 2009; ALVES; SOUZA; MARRA, 2011; TELÓ; DAVID, 2012). A quantidade de pequenas propriedades rurais reduziu significativamente, dando espaço para propriedades maiores que usam a monocultura como modelo de produção (MATOS; PESSÔA, 2011).

Os produtores rurais que insistentemente se mantiveram em pequenas propriedades rurais sofreram crises financeiras e econômicas, pois tornaram-se dependentes das instituições financeiras financiadoras das atividades agrícolas (GOODMAN; SORJ; WILKINSON, 1990). Na pequena produção agrícola, os resultados econômico-financeiros nem sempre eram suficientes para honrar os compromissos assumidos pelos produtores rurais junto às instituições financeiras, fator que comprometeu a sobrevivência e a subsistência no campo (CARNEIRO, 1999). As pequenas propriedades rurais encontraram na integração a estratégia de sobrevivência e competitividade, mas tornaram-se dependentes da indústria às quais estavam integradas (ABRAMOVAY, 1992). Assim o fazendo, distanciaram-se do modelo de produção camponês, no qual as relações sociais (família) e a força de trabalho (trabalho manual) geram um tipo de comportamento do produtor rural (camponês) alternativo à racionalidade econômica da economia de mercado (TEDESCO, 1999). Nas palavras de Abramovay (1992), trata-se da “racionalidade econômica do campesinato” caracterizada por relações humanas organizadoras da vida em sociedade. Nela, preponderam a proximidade, o compadrio, a entreajuda e a valorização da cultura da comunidade local, regras de vida construídas na sociabilidade e que se personificam nos vínculos sociais como um modo de ser e agir particular do local.

Assim se configura a agricultura familiar no Brasil, trazendo como principal protagonista a “nova ruralidade” (WANDERLEY, 2000), cuja limitação encontra-se no paradigma tecnológico (BUAINAIN; GARCIA; VIEIRA, 2016). A base da agricultura familiar está na sustentabilidade rural como modelo de gestão, que propõe viabilidade econômico-

financeira, utilização de métodos que gerem o menor impacto possível no meio ambiente e equidade social na pequena propriedade rural. Pensar nos aspectos produtivos e econômicos, além de vislumbrar e valorizar a influência da sociedade e da natureza (GAVIOLI; COSTA, 2011), nessa proposta da nova ruralidade, configura-se como um desafio ao agricultor familiar, o qual nem sempre reconhece as particularidades do local. Também, ele nem sempre percebe a sustentabilidade rural como alternativa para permanecer em sua pequena propriedade antes de pensar em migrar para centros urbanos.

Elkington (2012) propõe estudar a sustentabilidade por meio do modelo *triple bottomline* (TBL) de forma a contemplar o ambiente, a sociedade e a economia em pleno equilíbrio, ou seja, a perspectiva tridimensional. Ao reconhecer que o espaço social de aplicação do referido modelo requer analisar os aspectos econômicos, sociais e ambientais da organização, advoga-se em favor da diversidade das atividades para a geração de renda (pluriatividade) e múltiplas funções dos espaços agrícolas (multifuncionalidade), além da vocação tradicional da agricultura (KAGEYAMA, 2008) para afirmar que a agricultura sustentável (EHLERS, 1999) também é possível em pequenas propriedades rurais.

O debate sobre a **sustentabilidade rural** contempla questões relacionadas à manutenção dos recursos naturais e ao seu uso em atividades que geram o menor impacto possível (gestão ambiental) com produtividade agrícola. Por conseguinte, tais atividades precisam gerar retorno do investimento realizado pelo agricultor, bem como a otimização da produção das culturas, a satisfação das necessidades humanas de alimentos e das necessidades sociais da família rural e da comunidade local. Sendo assim, sustentabilidade rural traz implícito o conceito de liberdade substantiva impressa nas ideias de Sen (2010), que advoga em favor de satisfação das necessidades humanas, sem que determinadas liberdades não sejam privadas.

Nova ruralidade

Durante muito tempo a prática da agricultura buscou o crescimento econômico, sem medir as consequências que tal ação poderia causar para o meio ambiente ou para a sociedade (WANDERLEY, 2009). Nas pequenas propriedades rurais, a herança do crescimento econômico não se traduz em alternativa para a sobrevivência e sustentabilidade, invocando a favor das propostas da nova ruralidade (KAGEYAMA, 2008; WANDERLEY, 2009).

O conceito “nova ruralidade” foi introduzido na agricultura na metade dos anos 1990 (ESCHER *et al.*, 2014), sendo tema emergente nos estudos sobre agricultura familiar. Assim estabelecem-se reflexões que

ênfatizam as emergentes formas de organização territorial, revitalização do espaço rural quase exclusivamente agrícola, novas formações econômicas e sociais do “rurbano” (GRAZIANO DA SILVA, 2001), numa lógica que evidencia traços da (ir)racionalidade produtiva; é uma tentativa de superação do rural que se opõe à modernidade, por tantas vezes considerado sinônimo de atraso (FERREIRA *et al.*, 2007).

A dotação desse modelo nas pequenas propriedades rurais, com novos propósitos como a produção de bens públicos; a valorização de economias de escopo; a busca de sinergias com os ecossistemas locais que orientar, a criação de novos produtos, serviços e tecnologias com o escopo de diminuir custos e a abertura de mercados (VAN DER PLOEG *et al.*, 2000). Dessa forma, a agricultura passa a ser vista não apenas suplantada em seus estabelecimentos, mas imersa de importância na economia rural e na construção de um desenvolvimento territorial mais justo, bem como pretendendo ser “uma saída para as limitações e falta de perspectiva intrínseca ao paradigma da modernização e ao acelerado aumento de escala e industrialização que ele impõe” (VAN DER PLOEG *et al.*, 2000, p. 395).

Num debate específico no campo sociológico, as pequenas propriedades rurais apresentam uma forma particular de reprodução da dinâmica família-produção-trabalho que internaliza e aproximam-se os espaços urbanos e rurais (rurbano). Por um lado, o rural passa por processo de mercantilização e externalização e, por outro lado, o urbano absorve o excedente da produção rural (VAN DER PLOEG, 2006) por meio de “feiras de produtores” e outros espaços de comercialização. Na pequena propriedade rural, há geração de alimentos para o autoconsumo da família rural numa dinâmica de “reprodução relativamente autônoma” e garantindo uma base de recursos autocontrolada (VAN DER PLOEG, 2006). Nesse contexto se inserem os debates teóricos de Amartya Sen sobre liberdades substantivas e justiça social (SEN, 2010).

No cenário rural, é possível identificar uma “multiplicidade de espaços” (KAGEYAMA, 2008) numa mesma área geográfica, cada um com seus atores, suas instituições e ideologias. Trabalhar esses espaços para a sustentabilidade e a resolução de problemas sociais, como o êxodo rural, implica a discussão e a análise de variáveis. Então, uma das proposições da sustentabilidade, no contexto da nova ruralidade, é a interação de três variáveis, que condizem com diferentes formas de produção e gestão da propriedade. Nesse sentido, a diversificação produtiva, a pluriatividade e a multifuncionalidade são modos de produção que auxiliam a inserção econômica, a representação social e as questões ambientais das pequenas propriedades rurais familiares, envolvendo (ir)racionalidades produtivas ao contemplar os saberes e as capacidades inovativas e empreendedoras dos agricultores familiares das

pequenas propriedades rurais, decorrentes da exploração e da vivência nos espaços pelos vários atores que o compõe (TEDESCO, 1999; CARNEIRO, 2001; VEIGA, 2000; SCHNEIDER, 2003; WANDERLEY, 2004; ABRAMOVAY, 1992; KAGEYAMA, 2008; CAMARGO; OLIVEIRA, 2012; ESCHER *et al.*, 2014).

Diversificação da produção “diz respeito aos incentivos a todo tipo de atividades e iniciativas levadas a termo pelo agricultor e seus familiares no seio da exploração ou fora dela” (SACCO DOS ANJOS, 2003). Essa estratégia de produção contribui para a viabilidade econômica da pequena propriedade rural. Enquanto a especialização produtiva gera dependência e instabilidade, a diversificação corresponde à autonomia da propriedade, que não se mantém refém de apenas um cultivar (KAGEYAMA, 2008).

Na dimensão econômica da sustentabilidade, o dinamismo da diversificação produtiva gera crescimento econômico, com efeitos positivos no PIB *per capita*, no IDH, e impacto na disponibilidade de renda da população rural e melhoria da qualidade de vida da família rural por compartilharem relações sociais diversas (RATHMANN *et al.*, 2008). Nesse sentido, a diversificação produtiva apresenta-se como um aporte para a sustentabilidade rural, elencando aspectos naturais, físicos, humanos, financeiros e sociais com a capacidade de adaptar-se com vistas à sobrevivência (ELLIS, 2000) e à superação dos gargalos relativos à produção agrícola (AZEVEDO, 2000; BUAINAIN; GARCIA; VIEIRA, 2016).

Além da diversidade produtiva, a pluriatividade é uma das variáveis que influenciaram as mudanças socioeconômicas e estruturais da agricultura familiar. Estudos em torno do tema consideram que a pluriatividade é composta por atividades agrícolas e não agrícolas que os membros da propriedade exercem, sendo consideradas atividades agrícolas aquelas desempenhadas na agricultura, e atividades não agrícolas englobam qualquer tipo de atividade remunerada fora do estabelecimento agrícola (TEDESCO, 1999; SCHNEIDER, 2003; CAMARGO; OLIVEIRA, 2012; ESCHER *et al.*, 2014). Essa relação entre as atividades evidencia o aspecto da racionalidade e do capitalismo, provocando um dualismo entre o “saber” técnico e o “saber” camponês (TEDESCO, 1999).

A diversificação das atividades laborais e econômicas (ESCHER *et al.*, 2014) e a multiplicidade de enfoques que a pluriatividade apresenta interliga-se com a dinâmica dos territórios e do mercado de trabalho, propondo uma trajetória analítica e particular que resulte em fontes de receita e qualidade de vida para os agricultores familiares (CRUZ, 2012). Contudo, a concepção de pluriatividade provoca críticas entre os intelectuais, pois credita-se sua identificação direta com o capitalismo à

“precarização e à instabilidade nas relações de trabalho” (CRUZ, 2012), generalizando e comercializando as relações por meio do assalariamento (KAUTSKY, 1980; LENIN 1982; MARX, 1982). Em contrapartida, a pluriatividade preenche uma lacuna ocasionada por problemas sociais decorrentes do alto grau de urbanização (TEDESCO, 2003). Na interpretação de Cruz (2012), para que ocorra mudança efetiva na estrutura econômica/social familiar, é necessário ampliar o escopo das políticas públicas compensatórias contemplando o pequeno produtor rural. Explicitamente, significa dizer que é preciso estimular a geração de serviços para que o agricultor seja empregável em atividades não agrícolas.

Frente a esse contexto relacional mais abrangente, a multifuncionalidade agrega significado, pois reconhece que o espaço agrícola pode servir para outras funções que não envolvam o cultivo da terra, mas que traduzam as formas sustentáveis de existência. Como significado dessa variável, em linhas gerais, aponta-se o turismo rural e as agroindústrias (CAMARGO; OLIVEIRA, 2012). A utilização dessas variáveis conduz a um novo formato de ação e de conhecimento, diante da nova ruralidade que se apresenta. Pequenas propriedades rurais familiares que eram consideradas “supérfluas” e sem “valor”, passam a vislumbrar um novo horizonte (KAGEYAMA, 2008).

Configurar a agricultura sob o padrão de homogeneização mercantilista contrapõe a ideia de reprodução/preservação das condições das famílias rurais e desintegra a identidade de território rural (CARNEIRO; MALUF, 2003). A agricultura não representa apenas um ambiente comercial, pautado em práticas capitalistas e em produção intensiva. Contempla, sim, a diversidade e dinâmicas próprias de um território, na concepção de Milton Santos (1978), bem como a legitimação de funções que respaldam o desenvolvimento.

Essas variáveis referem-se às formas de produção e gestão sustentáveis da pequena propriedade rural que conduzem a um “novo formato” de gestão dos recursos dessa propriedade e de fora dela também, para manter-se inserido na economia globalizada e no mundo capitalista.

Metodologia

O presente estudo configura-se como pesquisa exploratória (TRIVIÑOS, 1987), com abordagem qualitativa dos dados (FLICK, 2009; MINAYO, 2016), utilizando-se do estudo multicase como estratégia de pesquisa (YIN, 2001). O espaço da pesquisa foi constituído por vários municípios que contemplam em seu território pequenas propriedades rurais, da região Sul do Brasil, que compreende os estados do Rio Grande do Sul, Santa Catarina e Paraná. O critério para a seleção desses

municípios foi o fenômeno êxodo rural que compromete o uso da terra com mão de obra familiar e a presença crescente da diversificação produtiva, da pluriatividade e da multifuncionalidade.

Os sujeitos da pesquisa, identificados por letras (A = agricultor; F = familiar) e número de ordem das entrevistas (AF01, AF02... AF017). Foram 17 agricultores familiares de propriedades rurais com até quatro glebas rurais, conforme conceitua a lei nº 11.326/2006, editada pelo governo brasileiro. A descrição dos casos seguiu a caracterização da propriedade quanto a sua produção, tamanho, áreas de cultivo/preservação, o meio de gerir a propriedade, a facilidade/dificuldade do acesso às áreas urbanas. Os membros da família participantes do estudo foram classificados por idade e escolaridade e investigados sobre a sustentabilidade rural, os anseios e a prática do cotidiano realizado na pequena propriedade rural.

Esses agricultores familiares são proprietários de pequenas propriedades rurais localizadas nos estados da região Sul do Brasil. Caracterizam-se como sendo do gênero masculino (10), com baixa escolaridade. Os conhecimentos adquiridos são, predominantemente, os passados de geração em geração, pormenorizando os agricultores integrados que recebem alguma capacitação dos integradores. A faixa etária transita entre os 28 a 64 anos, em famílias com poucos membros familiares (entre três a cinco), geralmente constituídas pelo casal (pai e mãe), e por filhos que, ou ficam na propriedade e fazem apenas o ensino básico, ou saem, especializam-se e não retornam para o convívio com os pais, não havendo a reprodução do conhecimento. É importante destacar que somente em uma propriedade a filha saiu para estudar e retornou para o local onde os pais ainda estavam, reproduzindo o conhecimento e, com isso, tornando a propriedade sustentável na teoria e na prática.

Constatou-se a predominância do cultivo de grãos (trigo, soja, milho), mas também de atividades no segmento da avicultura, hortifruticultura, e de produção de fumo e de leite. Todas essas requerem o emprego da mão de obra familiar, cultivo mecanizado quando se trata de grãos e baixo uso de tecnologia no cultivo de outras culturas, seja de inverno ou de verão.

O processo de coleta de dados deu-se no segundo semestre de 2015 e no primeiro de 2016, por meio de entrevistas abertas, orientadas por apenas um questionamento: “qual é a sua percepção sobre a sustentabilidade rural?” As entrevistas foram gravadas com o consentimento dos sujeitos da pesquisa e sua duração aproximada foi de 20 minutos. As falas foram transcritas em arquivos eletrônicos utilizando-se o *software* Microsoft Office® 2010.

Os dados coletados foram analisados de acordo com o método análise de conteúdo e a técnica análise categorial, em conformidade com o que recomendam Bardin (1977) e Mozzato e Grzybovski (2011). Definiu-se a

priori as dimensões analíticas econômica, social e ambiental da sustentabilidade rural, e as variáveis diversificação produtiva, pluriatividade e multifuncionalidade da dinâmica produtiva da propriedade rural. De maneira a auxiliar a análise de conteúdo, como também para melhor visualização dos dados, foi utilizado o *software* NVivo®11 para correlacionar o tema, as variáveis e os seguintes atributos: produção da propriedade, localização por estado e idade dos entrevistados.

Apresentação e discussão dos resultados

Os sujeitos participantes da pesquisa demonstram ter compreensão do significado teórico de sustentabilidade rural e associam o termo as três dimensões, quais sejam: econômica, social, ambiental. Nessa compreensão, os agricultores enfatizam a importância de dois pilares da sustentabilidade: o econômico e o ambiental. Para ilustrar, a seguir são reproduzidas algumas falas dos referidos agricultores.

Eu acho que se sustenta porque senão ninguém ia conseguir se manter na lavoura. (AF05)

É um conjunto de tecnologias, práticas e ações que visam a subsistência das famílias rurais no campo, em conjunto com a preservação no meio ambiente com a utilização correta dos processos. Ah, e visa, na verdade, um monte de ações pro futuro, que podem ser tanto as ações que conservam o meio ambiente agora como pras futuras gerações. (AF07)

Uma pequena propriedade rural se sustenta com investimentos em tecnologia no processo produtivo (estufas, por exemplo, no caso das hortaliças). Tudo o que trouxe na feira, o pessoal procura produtos coloniais [...] que não têm nada de conservante, que não têm agrotóxico, nada. (AF08)

Eu penso na responsabilidade como o respeito à natureza, porque o pequeno agricultor necessita da natureza. A natureza é um aliado dele, então tu tem que respeita ela, né? Tu tem que aproveitar o que ela te oferece e ao mesmo tempo respeitar ela. (AF015)

A noção do “respeito à natureza” e o “conservar o meio ambiente pras futuras gerações” demonstra que os agricultores têm em mente a conservação do meio ambiente, principalmente quando esse servirá para as futuras gerações, porém, mesmo que os sujeitos da pesquisa compreendam a sustentabilidade ambiental como a conservação do meio ambiente, quando se trata de “lucro”, a ênfase recai sobre o processo de

produção e o lucro econômico, momento em que a dimensão ambiental é ofuscada, deixando transparecer a racionalidade instrumental e o modelo produtivista, caracterizado por pensar nas monoculturas como principal meio para rentabilidade da pequena propriedade rural, como retratado por Matos e Pessoa (2011).

Tendo essa noção como principal orientação, os agricultores organizam seus relatos em uma trama segundo a qual a dimensão econômica tem mais importância comparativamente às dimensões social e ambiental, conforme se comprova em suas falas:

Em primeiro lugar tem que primeiro ver pra ter uma renda, com nós temo uma pequena propriedade, nós planta fumo, o tabaco, que nesse vai te o sustento, não só nisso mais começa por aí. (AF01)

Tentá mantê a propriedade de uma maneira possível, tenta tecnologias novas, trabalhar em cima do que dá lucro. (AF02)

Sustentabilidade rural é o agricultor ter condições de ficar na lavoura se sustentar com o que cultiva e ainda o que sobra vende. (AF09)

Eu acho que se sustenta porque senão ninguém ia conseguí se manter na lavoura. Tem épocas que dá mais lucro, tem épocas que dá menos lucro. (AF015)

Ao descrever a sustentabilidade explicitando a ação com os fundamentos econômicos, em especial a renda da propriedade rural e o lucro (geração de excedentes para comercialização), os relatos remetem à inconsistência que os sujeitos apresentaram, de usar a teoria (apresentada por eles) na prática na gestão de suas pequenas propriedades rurais. Primeiro, porque a maioria utiliza a terra para cultivar lavouras intensivas, em especial a soja, sob a orientação utilitarista do recurso. E, para aumentar a produtividade e compensar a desvantagem que tem com o tamanho da propriedade comparativamente aos grandes produtores, utilizam venenos (“agrotóxicos”).

Os agricultores AF017 e AF02 afirmam, respectivamente:

Sustentabilidade é produzir sem agredir o meio ambiente, sem agredir os vizinhos. Eu produzo soja, milho e trigo. Os recursos [para manter a lavoura] não são os melhores: veneno, tecnologia de ponta... Só que a tecnologia de ponta, hoje, é essencial dos venenos. Isso, claro, prejudica o meio ambiente, mas não tem outro jeito de produzir. Não fazendo assim, não vai ter uma produção boa [produtividade]; não tendo uma produção boa, não tem como se manter no campo.

Eu planto plantio direto, faço cobertura para plantio de milho com nabo, aveia, planto soja, planto milho, planto trigo, passo herbicida, fungicida, veneno, planto soja RR da intacta resistente à lagarta, me dô bem com todos os vizinhos, quando preciso pego um peão, um empregado pra me ajudar, entrego no comércio da região.

Outros agricultores tendem a integrar-se à indústria como estratégia de sobrevivência e de competitividade. AF02, por exemplo, “gostaria de construir mais um aviário pra aumentar a produção”; contudo, a sua estratégia de tornar a propriedade sustentável economicamente, o tornaria dependente da empresa integrada e passa a exercer um papel de mão de obra barata, como descrito por Abramovay (1992).

A partir dos relatos expostos, é possível inferir a ocorrência da racionalidade produtiva em que os agricultores encontram-se imersos, distanciando-se do modelo de produção camponesa. Esses relatos são enfatizados por Abramovay (1992) e Tedesco (1999), quando afirmam que o distanciar-se da terra representada pela mecanização e o uso de fertilizantes químicos e agrotóxicos impedem a reprodução do modelo de produção camponês que enfatiza o modo de ser, de agir e a cultura da comunidade local. Esse relato também vem de encontro às mudanças territoriais nos espaços geográficos ocorridas após a revolução da agricultura, conforme evidenciado por Wanderley (2009), Souza e Marra (2001), Matos e Pessôa (2011) e Teló e David (2012). Outro aspecto a considerar é o desequilíbrio nas dimensões da sustentabilidade, apresentado pelo entendimento dos agricultores, o que denota antagonizar com a teoria que Elkington (2012) preconiza.

Na dinâmica pela sustentabilidade econômica, já descrita anteriormente, geram-se questões importantes; afinal, a pequena propriedade rural é associada à forma camponesa de produção e, por conseguinte, é uma construção social, com mão de obra familiar, como relatado na fala do agricultor AF11: “trabalhamos em três pessoas na propriedade [mãe, pai e filho]”. A Lei Federal nº 11.326/2006 preconiza pensar a ocupação da mão de obra para a sustentabilidade da agricultura familiar. No entanto, devido às dificuldades de recrutá-la na família contemporânea (menor número de filhos em relação às famílias do século XX) e pela dinâmica do mercado para produtos agrícolas e agroindustriais, o agricultor familiar e/ou a família rural é estimulado a pensar pela lógica capitalista e, por conseguinte, na modernização das máquinas de plantio e colheita, na produção de grãos de fácil comercialização (soja, por exemplo) e uso de agrotóxicos para ter escala de produção.

Essas questões complexas relativas à sustentabilidade rural na dimensão econômica, mas já foram debatidas no contexto teórico da nova

ruralidade por Graziano da Silva (2011). Esse autor considera necessário à superação do “rural” por vezes sinônimo de atraso, como também uma proposta de aproximação do rural com o urbano, com vistas a um desenvolvimento equitativo. Essa mesma proposta teórica é trabalhada por Wanderley (2009).

A nova ruralidade que engloba as propostas de sobrevivência, sustentabilidade na pequena propriedade rural e as emergentes formas de organização territorial permeia o contexto dos objetos de pesquisa, porém, não de forma integral. Ao analisar a multiplicidade de espaços existentes no rural enfatizado por Kageyama (2008), é notada a presença da diversificação produtiva, enquanto a multifuncionalidade e a pluriatividade são formas pouco presentes no formato dessa nova agricultura. A forma de tornar a propriedade sustentável através da diversificação produtiva é evidenciada nas seguintes falas:

Pagar as despesas e pra manter a propriedade a gente planta outros como pra alternativa pro consumo próprio, verduras, temperos, frutas, temos animais como galinha, porco e também pra carne de boi, que a gente também temo, leite, temo vaca e assim a gente vai conseguindo se manter. (AF016)

A sustentabilidade rural é quando o agricultor ele produz praticamente todas as suas coisas de necessidades básicas como alimentação, plantando mandioca, fazendo uma horta tendo suas próprias verduras e coisa e tal. (AF07)

Temos cultivo de grãos como soja e milho, a soja é prá venda e o milho, a grande maioria é pra consumo na propriedade, frangos de corte e leite e engorda de bezerros que sobra, confinamento. (AF06)

Por sustentabilidade rural, o agricultor AF02 entende que sua propriedade deve dar-lhe condições de “se sustentá com o que cultiva e ainda, o que sobra, vendê”. Nesse sentido, a propriedade rural deve gerar seus recursos para sua própria sobrevivência, evidenciando a existência do autoconsumo destacado por Van Der Ploeg (2006), como a produção relativamente autônoma, gerando excedente para comercialização. Essa forma de produção da agricultura está associada à sustentabilidade rural e permitiu a reprodução da família no meio rural, pelas gerações que a seguiram.

Sob a ótica da rentabilidade econômica, o agricultor AF09 encontra alternativa para a sustentabilidade rural interligando a nova ruralidade e a preservação do meio ambiente:

Nós temos, acho que 4 mil pé de parreira, vende a uva e ainda faz o vinho, geleia, suco. A gente consegue se manter com pouca coisa, pouca terra, pouca coisa, a gente consegue se manter a família inteira.

Nessa fala, é evidenciada a importância de um novo modelo de gestão para as pequenas propriedades rurais, o exercício da pluriatividade e da multifuncionalidade. O primeiro é representado quando o agricultor, além da função de trabalhar com a terra/agricultura, passa a comercializar sua própria produção em feiras, alinhando-se às ideias propostas por Tedesco (1999), Schneider (2003), Camargo e Oliveira (2012) e por Escher *et al.* (2014), de que os agricultores exercem atividades agrícolas e não agrícolas. Já a segunda variável/multifuncionalidade é integrada nesse contexto, no momento em que os agricultores industrializam sua produção nos formatos de agroindústrias, como é o caso do “vinho, geleia e suco”. Assim fazendo, buscam por estratégias de sobrevivência. Essa passagem integra-se com os estudos de Camargo e Oliveira (2012) e condiz com a tentativa de construção de um novo horizonte, trabalhado por Kageyama (2008).

Após algumas tentativas de se constituir como sustentáveis no meio rural, os agricultores ainda enfrentam desafios, que pertencem ao âmbito cultural, como é a associação que os sujeitos fazem com meio urbano/qualidade de vida e o deslumbramento das relações sociais/econômicas, que, por vezes, são representadas por eles como distantes das pequenas propriedades rurais. AF02 afirma, usando a expressão “dentro dela” para indicar que a pequena propriedade rural é considerada isolada e distante do urbano, que:

Quando o agricultor tem pouca terra, mora longe dos grandes centros [urbanos], que não têm condições de diversificar a propriedade, prá podê ter a renda suficiente dentro dela, como prá assim fazê a sustentabilidade da família toda.

O termo sustentabilidade aparece no contexto da fala pelas dimensões econômica e social, sem mencionar a dimensão ambiental. Como já referenciado por diversos autores, a dinâmica produtiva e o novo modelo de gestão da pequena propriedade rural levam a pensar numa sustentabilidade rural específica ao contexto desse tipo organizacional. Percebem-se questões culturais vinculadas à disponibilidade de mão de obra e à sucessão na gestão, que impulsiona o produtor a racionalizar o processo produtivo utilizando a lógica mercantilista, como apontam Van Der Ploeg *et al.* (2000).

No que se refere à falta de mão de obra, AF03 afirma que “é muito difícil sozinho”, sugerindo que, ao contar apenas com a mão de obra

familiar, “não tem como continuar [sustentável]” a pequena propriedade rural. AF04 concorda e enfatiza: “precisa de mais gente para trabalhar! É uma dificuldade [conseguir, porque] não tem”.

Quanto à continuidade da gestão dos recursos da propriedade, os agricultores mostram-se ansiosos e preocupados. AF13 afirma que “quem vai tocar a propriedade” é a sua filha e declara: “Sim, ela é o futuro, mas se ninguém tocar a propriedade, o que que vai acontecer com ela [propriedade]?” A dúvida está no que uma mulher, em idade madura, pode escolher fazer de sua vida, tendo em vista as alternativas que a ela se apresentam, seja pelo estudo que a capacitará para o exercício profissional, seja pela possibilidade de casamento com uma pessoa não ligada ao meio rural.

Na interpretação de Tedesco (1999), trata-se de um conflito na lógica da sucessão familiar, que por tradição se faz de pai para filho e não para filha. Ainda, afirma o mesmo autor, o conflito também existe entre o “saber” técnico dos filhos e o “saber” camponês dos pais. Nas palavras de AF05:

Uma das minhas maiores preocupações é quem vai tocar a propriedade no futuro, porque hoje em dia tem poucos filhos. Nós, por exemplo, temos uma menina. Só! E ela já deixou claro que ela não gostaria de permanecer conosco.

Assim, a dinâmica da família rural e a lógica da sucessão na gestão da pequena propriedade rural se apresentam como duas dimensões complexas na definição do que é a sustentabilidade da propriedade rural com o contexto anteriormente descrito. AF08 considera que sustentabilidade rural é:

(...) o agricultor ter condições de ficar na lavoura, se sustentá com o que cultiva e ainda, o que sobra, vendê e pode ter condições de políticas públicas prá fazer a sucessão da sua propriedade. E[...] hoje tão em conflito e não tem condições de dar essa continuidade com a sucessão pros filhos, ainda mais quando o agricultor tem pouca terra.

Importante destacar que, apesar de as pequenas propriedades rurais estarem expostas a mudanças estruturais, os agricultores “gostam do que fazem” e encontram no prazer pelo trabalho a razão para implementar melhorias continuamente no modelo de gestão dos recursos, como explica AF16: “[...] mas se faz tudo com amor, porque isso é o nosso trabalho, é a nossa realidade!”.

Trata-se de um conceito de sustentabilidade rural associado ao bem-estar e à liberdade do agricultor, concebido como antagônico à ausência de qualidade de vida e à falta de liberdade que ele percebe existir no

trabalhador urbano. Usando o advérbio de lugar “aqui” por quatro vezes, AF01 afirma que estar na lavoura, e, por conseguinte, sentir-se imerso no meio rural, é melhor do que estar “lá”, no meio urbano. Os agricultores percebem que o espaço urbano é uma ocupação selvagem, que a ideia de emprego limita comportamentos com liberdade tendo em vista que o trabalhador urbano é submetido a horários de trabalho predeterminados, enquanto o agricultor define seus horários e escolhe suas atividades produtivas. Ao voltar seu olhar para o espaço rural que ocupa, AF01 afirma: “aqui eu faço mais o que [...] pretendo”.

Assim, a dimensão social da sustentabilidade rural é percebida pelos agricultores na perspectiva das liberdades substantivas descritas por Amartya Sen, as quais são fruto de um tipo de desenvolvimento que não pode privar o cidadão de dispor livremente de seu tempo e de seu trabalho.

Nesse sentido, sustentabilidade rural emerge de uma transformação ocorrida no espaço geográfico rural e tem como anseio a permanência do pequeno produtor rural no seu espaço de convívio social, econômico e ambiental com qualidade de vida. Entretanto, questões relacionadas aos problemas de viabilidade econômica, à falta de mão de obra, à escassez de políticas públicas voltadas às pequenas propriedades rurais e à pouca instrução dos agricultores familiares ocasionam um esvaziamento do campo e, por vezes, um problema social nos centros urbanos.

Conclusões

Este estudo teve por anseio analisar a percepção dos agricultores familiares a respeito da sustentabilidade rural. Os resultados indicam que o olhar dos agricultores familiares das pequenas propriedades rurais a respeito da sustentabilidade é restrito, pois esses sujeitos não consideram a adoção de práticas de produção que utilizem de forma racional os recursos naturais e/ou que provoquem menor impacto ambiental possível. A lógica da ação é capitalista, orientada pelas práticas que geram renda suficiente para manter os membros da família, reproduzidas a partir das práticas observadas em grandes produtores rurais, a racionalidade capitalista conduz a um pensar míope a respeito da sustentabilidade.

A definição teórica de sustentabilidade rural é compreendida pelos agricultores e é transmitida em suas falas, porém, encontra-se dissociada das práticas realizadas nas suas propriedades rurais. Justificam as práticas não sustentáveis pela carência de mão de obra familiar e pela baixa rentabilidade, nas atividades produtivas que contemplam a diversificação produtiva, e pela baixa escala de produção que possuem no processo de comercialização do produto. A falta de esperança na continuação/sucessão da propriedade é fator coadjuvante para a inércia

dos agricultores a respeito da nova ruralidade e das novas formas de ser sustentável no meio rural. O distanciamento entre o urbano e o rural inferido pelos agricultores é refletido na falta de conhecimento desses sujeitos, que se sentem inferiores e diferentes dos moradores urbanos, fato que também se constitui como uma causa que elenca a desarmonia entre a teoria da nova ruralidade e a prática vigente nas pequenas propriedades.

A diversificação produtiva foi a variável da nova ruralidade mais presente e propicia aos agricultores uma quebra de paradigmas, momento em que o contato com o urbano se faz necessário para a comercialização dos produtos e para a busca por novos conhecimentos. Entretanto, a falta de políticas públicas voltadas às pequenas propriedades rurais é fator marcante que impede a socialização do rural/urbano, a reprodução da unidade familiar e a vigência da nova ruralidade como aporte para a sustentabilidade rural.

Com as evidências de que o agricultor conhece teoricamente a sustentabilidade rural, mas não a põe em prática, este trabalho ressalta a importância de novas políticas públicas voltadas para as pequenas propriedades rurais que venham de encontro com a proposta da sustentabilidade rural. Com relação aos achados da pesquisa por estado, de maneira geral, os resultados encontrados foram os mesmos.

A região onde foram coletados os dados representa uma limitação da pesquisa. A região Sul do Brasil é tipicamente produtora de grãos e marcada por grandes extensões de terra, que se desenvolveu sustentada pela agricultura intensiva, predominando até hoje. Recomendam-se estudos futuros que trabalhem essa temática, utilizando-se de outros procedimentos metodológicos e em outras regiões geográficas com o intuito de construir conhecimento a respeito do tema.

Referências bibliográficas

- ABRAMOVAY, R. *Paradigmas do capitalismo agrário em questão*. São Paulo: Hucitec, 1992.
- ALVES, E.; SOUZA, G. S.; MARRA, R. Êxodo e sua contribuição à urbanização de 1950 a 2010. *Revista de Política Agrícola*, v. 20, n. 2, abr./maio/jun. 2011, p. 80-88
- AZEVEDO, P. F. Concorrência no *Agribusiness*. In: ZYLBERSZTAJN, D.; NEVES, M. F. (Orgs). *Economia e gestão dos negócios agroalimentares*. São Paulo: PIONEIRA, 2000.
- BARDIN, L. *Análise de conteúdo*. Lisboa: Edições 70, 1977.
- BUAINAIN, A. M.; GARCIA, J. R.; VIEIRA, P. A.O desafio alimentar no século XXI. *Estudos Sociedade e Agricultura*, v. 24, n. 2, out. 2016, p. 497-522.

- CAMARGO, R. A. L.; OLIVEIRA, J. T. A. Agricultura familiar, multifuncionalidade da agricultura e ruralidade: interfaces de uma realidade complexa. *Ciência Rural*, Santa Maria, v. 42, n. 9, 2012, p. 1707-1714.
- CARNEIRO, M. J. Agricultores familiares e pluriatividade: tipologias e políticas. In: COSTA, L. F. C.; MOREIRA, R. J.; BRUNO, R. (org.). *Mundo rural e tempo presente*. Rio de Janeiro: Mauad, 1999.
- CARNEIRO, M. J. *Do rural e do urbano: uma nova terminologia para uma velha dicotomia ou a reemergência da ruralidade?* In: SEMINÁRIO SOBRE O NOVO RURAL BRASILEIRO, 2, Campinas, 2001.
- _____.; MALUF, R. S. Introdução. In: MALUF, R. S.; CARNEIRO, M. J. (org.). *Para além da produção: multifuncionalidade e agricultura familiar*. Rio de Janeiro: MAUAD, 2003.
- CAVALCANTI, C. Sustentabilidade da economia: paradigmas alternativos de realização econômica. In: *Desenvolvimento e natureza: estudos para uma sociedade sustentável*. São Paulo: Cortez, 2003.
- CMMAD/ONU. Comissão Mundial de Meio Ambiente e Desenvolvimento da Organização das Nações Unidas. *Nosso Futuro Comum*. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1991.
- CRUZ, S. S. O fenômeno da pluriatividade no meio rural: atividade agrícola de base familiar. *Serviço Social e Sociedade*, São Paulo, n. 110, abr./jun. 2012, p. 241-269.
- EHLERS, E. *Agricultura sustentável: origens e perspectivas de um novo paradigma*. 2. ed. São Paulo: Agropecuária, 1999.
- ELKINGTON, J. *Sustentabilidade, canibais com garfo e faca*. São Paulo: Makron Books, 2012.
- ELLIS, F. *Rural Livelihoods and Diversity in developing Countries*. Oxford: Oxford University, 2000.
- ESCHER, F.; SCHNEIDER, S.; SCARTON, L. M.; CONTERATO, M. A. Caracterização da pluriatividade e dos plurirrendimentos da agricultura brasileira a partir do censo agropecuário 2006. *RESR*, Piracicaba, v. 52, n. 4, out./dez. 2014, p. 643-668.
- FERREIRA *et al.* Resistência e empoderamento no mundo rural. *Estudos Sociedade e Agricultura*. Rio de Janeiro, v. 15, n. 1, 2007, p. 123-159.
- FLICK, U. *Introdução a pesquisa qualitativa*. 3. ed. Porto Alegre: Artemed, 2009.
- GAVIOLI, F. R.; COSTA, M. B. B. As múltiplas funções da agricultura familiar: um estudo no assentamento Monte Alegre, região de Araraquara (SP). *Revista de Economia e Sociologia Rural*, Piracicaba, v. 49, n. 2, 2011, p. 449-472.
- GRAZIANO DA SILVA, J. Velhos e novos mitos do rural brasileiro. *Estudos Avançados*, São Paulo, v. 15, n. 43, set./dez. 2001, p. 37-50.

- GOODMAN, D.; SORJ, B.; WILKINSON, J. *Da lavoura às biotecnologias: agricultura e indústria no sistema internacional*. Rio de Janeiro: Campus, 1990.
- KAGEYAMA, A. *Desenvolvimento rural: conceitos e aplicações ao caso brasileiro*. Porto Alegre: UFRGS, 2008.
- KAUTSKY, K.A *questão agrária*. Portugal: Proposta, 1980.
- LENIN, V. I. *O desenvolvimento do capitalismo na Rússia: o processo de formação do mercado interno para a grande indústria*. São Paulo: Abril Cultural, 1982.
- LINDNER, M.; MIORIN, V. M. F. Modernização, ações e processos no modelo de produção rural familiar do município de Ijuí, RS. *Ciência e Natura*, UFSM, v. 30, n. 1, 2008, p. 129-147.
- MARX, K. *O capital: crítica da economia política*. São Paulo: Civilização Brasileira, 1982.
- MATOS; P. F.; PESSÔA, V. L. S.A modernização da agricultura no Brasil e os novos usos do território. *GeoUERJ*, Rio de Janeiro, v. 2, n. 22, 2º semestre, 2011, p. 290-322.
- MINAYO, M. C. S. (Org.). *Pesquisa social: teoria, método e criatividade*. 16. ed. Petrópolis: Vozes, 2016.
- MOZZATO, A. R.; GRZYBOVSKI, D. Análise de conteúdo como técnica de análise de dados qualitativos no campo da administração: potencial e desafios. *Revista de Administração Contemporânea*, v. 15, n. 4, jul./ago. 2011, p. 731-747.
- RATHMANN, R.; HOFF, D. N.; SANTOS, O. I. B.; PADULA, A. D. Diversificação Produtiva e as possibilidades de desenvolvimento: um estudo da fruticultura na região da Campanha no RS. *RER*, Piracicaba, São Paulo, v. 46, n. 2, abr./jun. 2008, p. 325-354.
- SACCO DOS ANJOS, F. *Agricultura familiar, pluriatividade e desenvolvimento rural no Sul do Brasil*. Pelotas: Universidade Federal de Pelotas, 2003.
- SACHS, I. Rumo a uma moderna civilização baseada em biomassa. In: STROH, P. Y. (Org.). *Ignacy Sachs: caminhos para o desenvolvimento sustentável*. Rio de Janeiro: Garamond, 2009.
- SANTOS, M. *Por uma geografia nova*. HUCITEC-EDUSP, São Paulo, 1978.
- SCHNEIDER, S. Teoria social, agricultura familiar e pluriatividade. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, São Paulo, v. 18, n. 51, fev. 2003, p. 99-121.
- SEN, A. *Desenvolvimento como liberdade*. São Paulo: Companhia das Letras, 2010.
- SERAMIM, R. J.; LAGO, S. M. S. Estudo das publicações sobre sustentabilidade em pequenas propriedades rurais no período de 2005 a 2015. *Estudos Sociedade e Agricultura*, Rio de Janeiro, n. 24, v. 1, abr. 2016, p. 113-141.

- TEDESCO, J. C. *Terra, trabalho e família: racionalidade produtiva e ethos camponês*. Passo Fundo: EDIUPF, 1999.
- _____. *Ateliês industriais no meio rural: racionalidades e perspectivas familiares*. Passo Fundo: Clio, Méritos, 2003.
- TELÓ, F.; DAVID, C. O rural depois do êxodo: as implicações do despovoamento dos campos no distrito de Arroio do Só, município de Santa Maria/RS, Brasil. *Mundo Agrário*, La Plata, v.13, n. 25, 2012, p. 25-34.
- TRIVIÑOS, A. N. S. *Introdução à pesquisa em ciências sociais: a pesquisa qualitativa em educação*. São Paulo: Atlas, 1978.
- VAN DER PLOEG, J. D. *et al.* Rural development: from practices and policies towards theory. *Sociologia Ruralis*, v. 40, n. 4, 2000, p. 391-408.
- VAN DER PLOEG, J. D. O modo de produção camponês revisitado. In: SCHNEIDER, S. (Org.). *A diversidade da agricultura familiar*. Porto Alegre: UFRGS, 2006.
- VEIGA, J. E. *A face rural do desenvolvimento: natureza, território e agricultura*. Porto Alegre: UFRGS, 2000.
- VIDAL, D. L.; SANTOS, D. P. A. Sustentabilidade rural no semiárido cearense: uma análise social, biofísica e microeconômica em comunidades rurais. *Desenvolvimento em Questão*, Ijuí, v. 12, n. 28, out./dez. 2014, p. 170-192.
- WANDERLEY, M. N. B. A emergência de uma nova ruralidade nas sociedades modernas avançadas: o “rural” como espaço singular e ator coletivo. *Estudos Sociedade e Agricultura*, Rio de Janeiro, n.15, out. 2000, p. 87-145.
- _____. Olhares sobre o “rural” brasileiro. *Revista Raízes*, Campina Grande, v. 23, n. 1-2, jan./dez.2004, p. 82-98.
- _____. *O mundo rural como espaço de vida: reflexões sobre a propriedade da terra, agricultura familiar e ruralidade*. Porto Alegre: UFRGS, 2009.
- YIN, R. K. *Estudos de caso: planejamento e métodos*. Porto Alegre: Bookman, 2001.

POTRICH, Rafaele, Denize Grzybovski e Carlisa Smoktunowicz Toebe. Sustentabilidade nas pequenas propriedades rurais: um estudo exploratório sobre a percepção do agricultor. *Estudos Sociedade e Agricultura*, fevereiro de 2017, vol. 25, n. 1, p. 208-228, ISSN 1413-0580.

Resumo: (*Sustentabilidade nas pequenas propriedades rurais: um estudo exploratório sobre a percepção do agricultor*). O objetivo deste artigo foi analisar a percepção dos agricultores familiares brasileiros sobre o tema sustentabilidade em pequenas propriedades rurais. A questão central é como manter pessoas no meio rural estimulando o uso racional de recursos naturais e provocando o menor impacto ambiental possível com suas práticas produtivas sem que as questões sobre sustentabilidade sejam discutidas. A problemática reside na sustentabilidade das pequenas propriedades rurais que utilizam mão de obra familiar, nas quais o processo produtivo, em geral, é artesanal e a escala de produção é pequena. O referencial teórico contempla o tema com base nos fundamentos da nova ruralidade, da diversificação produtiva, da pluriatividade e da multifuncionalidade. Os resultados indicam que os agricultores familiares das pequenas propriedades rurais não consideram a adoção de práticas de produção que utilizem de forma racional os recursos naturais e/ou que provoquem menor impacto ambiental possível. A lógica da ação é capitalista, orientada pelas práticas que geram renda suficiente para manter os membros da família, reproduzidas a partir das práticas observadas em grandes produtores rurais. A definição teórica de sustentabilidade rural está dissociada da prática realizada nas pequenas propriedades rurais, as quais são justificadas, principalmente, pela ausência de mão de obra familiar e pela baixa rentabilidade nas atividades produtivas que contemplam a diversificação produtiva e a escala de produção.

Palavras-chave: agricultura familiar, pequena propriedade rural, sustentabilidade rural.

Abstract: (*Sustainability in small rural properties: an exploratory study on the perception of the farmer*). The aim of this study was to analyze the perception of Brazilian family farmers on the subject of sustainability in small farms. The central question is how to keep people in rural areas, encouraging the rational use of natural resources so as to cause the least environmental impact possible with its production practices without discussion of the sustainability issue. The problem lies in the sustainability of small farms using family labor, in which the production process, in general, is handmade and the production scale is small. The theoretical framework includes the issue on the grounds of the new rurality, productive diversification, pluriactivity and multifunctionality. The results indicate that the family farmers of small farms do not consider the adoption of production practices that rationally use natural resources and/or cause less environmental impact. The action of the capitalist logic is, guided by practices that generate enough income to keep the family members, reproduced from the practices observed in large farmers. The

theoretical definition of rural sustainability is dissociated from practice in small farms, which are justified mainly by the absence of family labor and low profitability in productive activities that include the diversification of production and scale of production.

Keywords: family agriculture, small rural property, rural sustainability.

Recebido em dezembro de 2016.

Aceito em fevereiro de 2017.